



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

4118

Presidente da Mesa Diretora: Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Não votado, não tramitado

Autoria: Executivo Municipal

Data: 19/10/1993

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI S/Nº/1993. (RETIRADO). Altera dispositivos da Lei nº 1.889, de 28/12/1990, que dispõe sobre o Código Tributário do Município.

Controle Interno – Caixa: 26

Posição: 02

Número de folhas: 07

Espécie: PL
Categoria: não tramitados, não rotados
V: 26
Ordem: 02
nº fls: 05



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº _____

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:

Altera dispositivos da Lei Municipal 1889,
de 28.12.90. (altera disposições da
Lei Tributária do Município)

Caixa

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 19.10.93
- 2 A Com. de Leg. e Justiça em 19.10.93
- 3 VISTAS AO V. EDUARDO - 26.10.93
- 4 [REDACTED]
- 5 _____
- 6 _____
- 7 _____
- 8 _____
- 9 _____
- 10 _____



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.401-002 - Montes Claros - MG



PROJETO DE LEI Nº _____ DE 1993.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1889, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990.

A Câmara Municipal de Montes Claros decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam alterados o parágrafo 1º do artigo 14, o artigo 25 e seus incisos, o artigo 26, o artigo 27, o artigo 30, §§ e incisos, o artigo 40 e seu parágrafo 1º, o artigo 41, o artigo 43, o artigo 45, o artigo 50, o artigo 56 e seu parágrafo único, o artigo 64, o artigo 232, o artigo 238, o artigo 272 e o artigo 309, todos da Lei nº 1889, de 28 de dezembro de 1990, que passarão a ter a seguinte redação:

" Art. 14 -...

§ 1º - Instruirão o processo do pedido de restituição, além da via original da guia de arrecadação, certidões do Cartório de Notas e do Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição do imóvel, comprovando que a escritura não foi lavrada e o imóvel não foi transferido."

" Art. 25 - Será responsável pela retenção e pelo recolhimento do imposto todo aquele que, mesmo incluído nos regimes da imunidade e isenção, utilizar-se dos serviços de terceiros, observando-se o seguinte:

I - se o prestador do serviço for empresa, não inscrita no Cadastro de Contribuintes do Município, e, se inscrita, não emitir nota fiscal de prestação do serviço;

II - se o serviço for prestado em caráter pessoal e o prestador, profissional autônomo ou sociedade de profissionais, não apresentar comprovante de inscrição no Cadastro de Atividades Econômicas e do recolhimento atualizado do imposto;

III - se o prestador do serviço alegar e não comprovar imunidade ou isenção;

IV - se o serviço for de construção civil e o prestador não comprovar o recolhimento em Montes Claros."

...



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.401-002 - Montes Claros - MG



2

" Art. 26 - Fica facultado ao Poder Executivo atribuir a condição de substituto tributário ao estabelecimento tomador ou ao estabelecimento prestador."

" Art. 27 - Para os efeitos desse imposto considera-se:

I -....

II -...

IX - Considera-se, também, estabelecimento prestador o domicílio do destinatário do serviço, na hipótese de o prestador não estar inscrito no Cadastro de Contribuintes do Município."

" Art. 30 - A base do cálculo do imposto é o preço ou o valor do serviço.

§ 1º - Na falta do preço ou do valor, adotar-se-ão os preços correntes, na praça do tomador ou os preços divulgados ou fornecidos pelos órgãos especializados;

§ 2º - O valor da prestação do serviço será arbitrado:

I - se não forem exibidos os documentos necessários à sua comprovação;

II - se for declarado em documento fiscal valor, notoriamente inferior ao corrente na praça;

III - se o contribuinte não emitir, regularmente, documento fiscal;

§ 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a reduzir o valor da base de cálculo do imposto, a título de incentivo fiscal."

" Art. 40 - Para se apurarem as prestações dos serviços realizados pelo sujeito passivo, a Secretaria da Fazenda poderá utilizar-se dos procedimentos legais pertinentes e dos seguintes meios:

I - do exame das escritas comercial e fiscal e de documentos subsidiários;

II - da conclusão e da verificação fiscal;

III - da aplicação de índices técnicos de pro-



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.401-002 - Montes Claros - MG



3

processo de produtividade do serviço;

IV - do exame de contratos firmados entre prestador e tomador do serviço.

Parágrafo Único - Constatados indícios de prestação de serviços, sem documento fiscal, o valor do serviço será arbitrado pelo Agente Fiscal."

" Art. 41 - Ficam estabelecidas as seguintes alíquotas do imposto:

I - Grupo de construção civil...5%(cinco por cento);

II - Demais grupos...10%(dez por cento)."

"Art. 43 - Nas hipóteses do artigo anterior, o arbitramento poderá ser feito, observando-se os seguintes elementos:"

"Art. 45 - O imposto será lançado, mensalmente, pelo próprio contribuinte, independentemente, de o prazo ser fixado à vista, à prazo ou em prestações, e, estimado, na forma do artigo 50."

" Art. 50 - O imposto poderá ser estimado , a critério da autoridade administrativa, nas seguintes hipóteses:"

" Art. 56 - O imposto, com os acréscimos legais, será recolhido em estabelecimento bancário autorizado, até o dia 10(dez) do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

§ 1º - ...

§ 2º - O Poder Executivo poderá autorizar o recolhimento do imposto além do prazo mencionado no artigo, caso em que incidirá correção monetária, até a data do efetivo recolhimento."

" Art. 64 - O contribuinte deverá requerer sua inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município, antes de iniciar suas atividades, mediante o preenchimento da Declaração Cadastral Municipal, apresentando os seguintes documentos:

I - Nomes completos e CPF dos sócios;

II - CGC;

III - Registro do contrato social na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG - ou no Cartório de Títulos e Documentos;



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.401-002 - Montes Claros - MG



4

IV - Certidão negativa de débitos municipais.

" Art. 232 -...

§ 1º - O prazo de validade da certidão negativa é de 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua expedição."

" Art. 238 - A Fazenda Pública do Município inscreverá na dívida ativa, os débitos tributários vencidos, à partir do mês subsequente ao do seu vencimento."

" Art. 272 - O lançamento do débito será formalizado pelo Auto de Infração (AI), decorrente da falta de pagamento dos tributos e das multas."

" Art. 309 - Os tributos não recolhidos nos seus vencimentos serão corrigidos pelos índices aplicáveis aos débitos fiscais da União."

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Montes Claros (MG), 15 de outubro de 1993.

Luiz Tadeu Leite

Prefeito Municipal

Helvécio Pires Rocha Souza
Secretário M. da Fazenda-



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE *Legislação*

EM *19* DE *Outubro* DE 19*23*

PRESIDENTE

E' legal e Constitucional.

João Raimundo

[Signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS — MG

EM, 15 DE outubro

DE 19 93

OF. Nº : CJ/108/93

ASSUNTO : Encaminha Projeto de Lei

SERVIÇO : Consultoria Jurídica

Exmº Senhor Presidente,

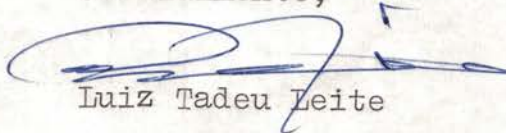
O Código Tributário do Município, Lei nº 1889, de 28 de dezembro de 1990, foi elaborado às pressas, sem revisão jurídica, e, por isto, é incompleto, não permitindo à fiscalização o controle tributário. Nos dias atuais, a atividade privada está mais evoluida do que a pública, o que impede a aplicação regular das normas tributárias, no que concerne a documentos fiscais, aos prazos, para recolhimentos dos tributos.

A atividade econômica é dinâmica, não estática. A lei, também, é dinâmica, devendo acompanhar a evolução da própria sociedade, a que se destina.

Desta forma, o Projeto de lei em exame, que altera disposições da lei tributária do Município, facilitará o controle da receita a ser arrecadada dos contribuintes, assegurará recursos certos da receita e evitará, tanto quanto possível, a sonegação, ante uma fiscalização continuada e bem estruturada.

Esperando a aprovação do Projeto de Lei, manifestamos a V. Exa. os protestos de elevado respeito.

Cordialmente,


Luiz Tadeu Leite

Prefeito Municipal



Exmº Sr.

Gilberto Wagner Martins Pereira

MOD. PMMC-17
N E S T A
Presidente do Legislativo Municipal